



**- INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO –
EDITAL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR LANCE OU OFERTA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA - EMPREITA POR GLOBAL

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.

PREÂMBULO

PREZADOS SENHORES,

A Prefeitura Municipal de Milagres no Estado do Ceará, com sede na Rua Presidente Vargas, 200 - Centro CEP: 63.250-000 - Fone: (88) 3553-1255 Fax: (88) 3553-1720, por intermédio da Pregoeiro e sua equipe de apoio, nomeada pela portaria nº 002/2019-GP de 02 de Janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, sendo observadas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público em especial as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/06, na Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 5.450/05 e subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Na hipótese de não haver expediente na Prefeitura no dia aprazado para a disputa de preços, será marcada nova data para a sessão pública.

1.0 DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.**

2.0 DAS DATAS E HORÁRIOS:

O documento de credenciamento, a declaração de pleno cumprimento das exigências de habilitação, a proposta de preços (envelope 01) e a documentação habilitação (envelope 02) deverão ser entregues na sala de reunião do Setor de Licitações, situada na sede da Prefeitura Municipal de Milagres, às **09h:00min** (Horário Local) do dia **05 de Julho de 2019**.

3.0 DOS ANEXOS:

3.1. Integra este Edital:

- ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO 02 - MINUTA DE PROPOSTA;
- ANEXO 03 - MINUTA DO CONTRATO;
- ANEXO 04 - MODELO DE DECLARAÇÕES

4.0 DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá participar da presente licitação qualquer empresa legalmente constituída e que faça referência, no instrumento constitutivo, ao objeto da licitação, que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, e que apresente ao Pregoeiro, no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, os seguintes documentos:

- 4.1.1. Documento de credenciamento;
- 4.1.2. Declaração do pleno cumprimento das exigências de habilitação;
- 4.1.3. Envelope 01 – contendo a proposta de preços;



4.1.4. Envelope 02 – contendo os documentos de habilitação.

4.2. Não poderão participar desta licitação as empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas, bem como a empresa que estiver sob falência, concordata / recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para credenciamento, a empresa proponente deverá apresentar somente 01 (um) representante, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, e que venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo para tanto a cópia de carteira de identidade ou outro documento equivalente com foto autenticada em cartório. É vedada a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, como também de mais de um representante por proponente;

5.2. O credenciamento far-se-á através de:

5.2.1. Instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia autenticada do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica ata de eleição do outorgante, etc.);

5.2.1.1. Fica dispensada da apresentação da procuração a licitante que se fizer representar por sócio administrador, desde que esse possua poderes para isoladamente, exercer direitos e assumir obrigações em nome da pessoa jurídica. Nessa situação, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos os poderes do sócio, bem como a cópia autenticada da carteira de identidade do mesmo ou outro documento equivalente com foto;

5.3. Todos os credenciados das empresas licitantes deverão permanecer na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva;

5.4. Caso a empresa não credencie nenhum representante, não esteja representada por sócio administrador, na forma do item 5.2, ou que não cumpra as exigências de representação, não poderá formular novas ofertas e lances de preços na fase da disputa de preços, nem se manifestar durante o transcurso do Pregão, não podendo ainda interpor recurso, valendo-se, para todos os efeitos, dos termos de sua proposta escrita;

5.5. Todos os documentos referentes ao presente item 5.0 – DO CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados em original (ocasião em que permaneceram definitivamente no órgão) ou por processo de cópia autenticada por cartório competente.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços deverá:

6.1.1. Ser apresentada, no dia, hora e local fixados no item 2.0 do presente edital, em envelope opaco e lacrada, identificando em seu frontispício com o nome comercial da licitante e com os seguintes dizeres:

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE: (Identificar Razão Social ou Nome Comercial do Licitante)

CNPJ Nº

6.1.2. A empresa proponente poderá utilizar como modelo de proposta o **Anexo II – MINUTA DE PROPOSTA**, apresentado sua proposta necessariamente com os seguintes requisitos:

a) Ser digitada ou impressa através de edição eletrônica de textos, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;

b) Ser rubricada em todas as folhas e a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa;

c) Identificar a empresa proponente, através do nome comercial, inscrição do CNPJ, endereço, telefone e dados bancários;

d) A Proposta de Preços deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, qual seja **PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO É ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE**



MILAGRES, observadas as características e as condições estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA deste Edital;

- 6.2. Os preços apresentados devem:
- Refletir os de mercado, no momento;
 - Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, fretes, seguros, dentre outras e;
 - Ser irrealizáveis durante a vigência da proposta.
- 6.3. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de entrega da mesma;
- 6.4. Somente serão aceitas as propostas de preços para a totalidade dos itens que compõem os lotes pretendidos nas planilhas constantes nos anexos do Edital, não sendo admitida exclusão ou alteração de qualquer um deles, sob pena de imediata desclassificação;
- 6.5. Uma vez aberta às propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de dados, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas;
- 6.6. O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste tópico do Edital implicará na **desclassificação** do licitante;
- 6.7. É facultada ao Pregoeiro a execução de diligências no intuito de dirimir quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das propostas/documentos, vedada à inclusão de documentos que deveriam estar obrigatoriamente nos envelopes.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação de habilitação deverá:

7.1.1. Ser apresentada, no dia, hora e local fixados no item 2.0 do presente edital, em envelope opaco e lacrado, identificado em seu frontispício com o nome comercial da licitante e com os seguintes dizeres:

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

LICITANTE: (Identificar Razão Social ou Nome Comercial do Licitante)

CNPJ Nº

7.2. Os documentos necessários à habilitação no certame são os seguintes:

7.2.1. Quanto à habilitação jurídica:

- RG e CPF do representante legal;
- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com as devidas alterações, conforme determina o Art. 2031 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2. Quanto à regularidade fiscal:

- Prova de Inscrição no Certificado Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Federal, através da “Certidão de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, dentro do prazo de validade, abrangendo também prova de regularidade junto a Previdência Social;



- d) Certidão Negativa de Débitos para com a Secretaria da Fazenda do Estado da sede do licitante, dentro do prazo de validade;
- e) Certidão Negativa de Débitos para com a Secretaria da Fazenda do Município da sede do licitante, dentro do prazo de validade;
- f) Certidão Negativa de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

7.2.3. Quanto à regularidade econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata/recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
 - b.1) As empresas comprovadamente optantes pelo sistema simples de tributação (simples nacional) ficarão isentas de apresentação de que se refere o item acima, conforme art. 25, c/c art. 26, § 2º e art. da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - b.2) Comprovante de opção pelo sistema simples de tributação (simples nacional) obtido através do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - b.3) Extrato de declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)

7.2.4. Quanto a Qualificação Técnica:

- a) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida em cartório comprovando que o licitante esteja executando ou tenha executados serviços compatíveis ou similares com o objeto desta licitação.

7.2.5. Exigem-se ainda outros documentos ao licitante:

- a) Declaração em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 14 (quatorze) anos (**Ver ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**);

7.3. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos deverão ser da matriz, se de alguma filial, todos deverão ser da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e filiais. Caso a empresa seja vencedora, o Contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

7.4. O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste tópico do Edital implicará na **INABILITAÇÃO** do licitante.

7.5. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada em cartório. Caso a documentação tenha sido emitida via Internet, sua autenticidade se dará através de consulta ao site que o expediu, caso não seja possível à consulta pelo site emissora mesma deverá ser apresentada em original ou autenticada em cartório. Aludida documentação, caso aberto o envelope examinado pelo Pregoeiro, fará parte dos autos e não será devolvida;

7.6. No dia, hora e local designado no item 2.0 (dois) deste instrumento, na presença dos interessados ou seus representantes legais, o Pregoeiro instaurará a sessão pública, destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação, e ainda à realização do procedimento licitatório;

7.6.1. O pregoeiro poderá estabelecer prazo de tolerância de até 15 (quinze) minutos para a abertura dos trabalhos;

7.7. Após a abertura dos trabalhos, nenhum documento e/ou proposta será recebido pelo Pregoeiro, pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado antes do referido horário;

7.8. Após a verificação dos documentos de credenciamento dos representantes dos licitantes, bem como declaração do pleno cumprimento de exigências de habilitação, serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas comerciais (envelope 01), ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, desclassificando-se as incompatíveis;



7.9. No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta escrita de **MAIOR LANCE OU OFERTA**, e os das ofertas com até 10% (dez por cento) inferiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e crescentes, até a proclamação do vencedor. **Caso não se verifique no mínimo 03 (três) ofertas nas condições definidas acima**, os autores das melhores propostas escritas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, **até o máximo de 03 (três) propostas, incluindo a de maior valor**, poderão fazer lances verbais e sucessivos, também em valores distintos e crescentes. Ainda neste último caso, havendo empate de propostas escritas com o terceiro proponente, ambas serão classificadas para a fase de lances verbais, mesmo que o número de licitantes totais ultrapasse a 03 (três). Nessa situação, será realizado sorteio para a definição da ordem dos lances.

7.9.1. Se, com os critérios acima, não for possível a obtenção de número mínimo de 03 (três) proponentes, seja por desinteresse do mercado, seja por desclassificação de propostas escritas, o certame transcorrerá normalmente com dois licitantes na fase de lances. Caso haja o comparecimento de um único interessado ou uma só proposta admitida, o Pregoeiro dará continuidade ao procedimento sem a realização da fase de ofertas verbais, aplicando os dispositivos deste edital concernentes à aceitabilidade da proposta, à habilitação, à negociação do preço e à adjudicação.

7.9.2. A fase de lances, destinada exclusivamente à supressão de preços, se processará em rodas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais (um lance por rodada), na oportunidade de cada um, até que se obtenha o maior preço possível. Podem ser estabelecidos pelo Pregoeiro, durante a sessão, valores mínimos dos lances ofertados e tempo de duração da fase de lances;

7.9.3. Dos lances ofertados não caberá retratação;

7.9.4. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de menor preço. Logo depois, o Pregoeiro convidará individualmente, em ordem crescente de preços, os demais licitantes selecionados para ofertarem seus lances, seguindo a mesma sequência nas rodadas subsequentes.

7.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na manutenção dos últimos preços ofertados pelo licitante, seja pela proposta de preços ou, tendo havido, do último lance realizado, para efeito de ordenação das propostas;

7.11. Caso não se realize lances verbais por todos os licitantes, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de maior preço global ofertado e o valor estimado para a contratação;

7.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances;

7.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o maior preço global apresentado para o objeto desta licitação, o Pregoeiro confrontará referidos preços com os estimados para contratação;

7.14. Encerrada a fase competitiva lances, o Pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados e verificará se ocorre empate (empate ficto), nos termos do art. 44 da LC nº 123/2006, entre o lance mais bem classificado e os lances apresentados por empresas com direito a tratamento diferenciado, além de examinar a aceitabilidade da menor proposta quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.14.1. Considerar-se-ão empatados (empate ficto) todos os lances apresentados por microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores ao lance mais bem classificado.

7.14.2. Não ocorrerá empate quando o melhor preço tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.14.3. Ocorrendo o empate nos termos do disposto no item 8.9.1., proceder-se-á da seguinte forma:

a) O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentação de proposta de preços superior à da primeira classificada;

b) A convocação deve ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, e havendo a apresentação de preço superior pela mesma, esta passará à condição de primeira classificada no certame, não importando em realização de nova etapa de lances;

c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma das alíneas "a" e "b" desse item, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese dos itens 8.9 e 8.9.1 deste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência (igualdade) dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 8.9.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

7.15. Ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação (envelope 02) daquele licitante que apresentou o maior preço global ofertado (e conseqüentemente melhor proposta) para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital;



- 7.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor proposta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital;
- 7.16.1. Caso a licitante classificada com o maior preço global seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME/EPP) for convocado para regularização da documentação apresentada com restrições, ocasião em que será suspensa a sessão e determinada nova data para a continuidade dos trabalhos;
- 7.16.2. No dia marcado para a continuidade dos trabalhos, se verificada a não-regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação crescente, e se convocado poderá exercer o direito inserto no item 8.11.1;
- 7.16.3. A prerrogativa regulamentada no item 8.11.1 não desobriga as microempresas ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal exigidos por este edital, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrições sob pena de inabilitação.
- 7.17. Nas situações previstas nos subitens 8.6, 8.8 e 8.10, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- 7.18. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, será classificada a ordem dos licitantes, sendo declarado vencedor aquele que ocupar o primeiro lugar, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja manifestação recursal;
- 7.19. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os "Documentos de Habilitação", transcorridos 10 (dez) dias após a homologação da licitação, as empresas poderão retirá-los, perdurando este direito por um prazo posterior máximo de 10 (dez) dias, após o que os mesmos serão destruídos;
- 7.20. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo está assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes;
- 7.21. Após a decisão dos recursos, caso haja, caberá à autoridade superior adjudicar os objetos da licitação ao vencedor.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Esta licitação é do tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA**, em estrita observância do dispositivo no inciso V, do art. 8º do Anexo I do Decreto Federal 3.555/00;
- 9.2. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às condições deste Edital.
- 9.3. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MAIOR LANCE OU OFERTA** para o objeto da licitação;
- 9.4. Havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas escritas classificadas e para efeito de ordem de colocação, caso não ocorram propostas verbais entre os mesmos para efeito de desempate, o Pregoeiro procederá ao sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;
- 9.5. No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último, e entre o valor unitário e o global, se for o caso, prevalecerá o valor unitário;
- 9.6. O licitante vencedor obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, nova planilha contendo os valores para cada um dos itens cotados formador do item deste certame, e de acordo com o novo valor ofertado, caso exista;
- 9.6.1. Os valores apresentados na Nova Planilha não poderão ser superiores, em item algum, aos ofertados na Proposta de Preços inicial.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS

- 10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. O Pregoeiro decidirá sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.2. No caso de acolhimento da petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame;
- 10.3. Não serão acolhidas as impugnações e os recursos imotivados, apresentados intempestivamente e/ou subscrito por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente;



10.4. Declarado o vencedor do Pregão, qualquer representante credenciado poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos;

10.5. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso;

10.6. O(s) recurso(s) será (ão) dirigido (s) à autoridade superior, Gestor da unidade administrativa, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar a decisão;

10.7. Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

a) O Pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contra-razões;

b) Encerrados os prazos acima, o Pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contra-razões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informada, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

10.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a presente licitação para determinar a contratação.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. Homologada a licitação o licitante vencedor será convocado para assinatura do Contrato;

11.2. O licitante vencedor terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério da Administração, para atender à convocação prevista no item anterior, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legal e contratualmente pertinentes;

11.3. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular ou recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

11.4. A vigência do contrato iniciará na data de sua assinatura, e vigorará até **31 de Dezembro de 2019**, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nas formas e condições estipuladas na Lei nº 8.666/93.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este órgão, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, salvo no caso dos licitantes convocados nos termos do item 11.3, que não aceitarem a contratação, nas condições propostas pelo primeiro adjudicatário inclusive quanto ao prazo e preço;

11.6. A contratada estará obrigada a satisfazer os requisitos e exigências discriminadas na Minuta do Contrato.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO.

12.1. Não haverá dispêndio de recursos públicos.

12.2. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em 01 (uma) parcela em até 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura do contrato, mediante ordem bancária creditada em conta da Prefeitura Municipal Jati/CE, a ser indicada pela Contratante.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, comportar-se de modo inidôneo, não mantiverem a proposta, fizerem declaração falsa, cometerem fraude fiscal, se recusarem a assinar o contrato, falharem ou fraudarem na execução do contrato poderão ser aplicados, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação aos danos causados a Administração pelo infrator:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor previsto da contratação;

c) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimentos em contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será conhecida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior



- 13.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b";
- 13.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do licitante/contratado, na forma da Lei;
- 13.4. O valor da Multa Aplicada será deduzido pela Administração por ocasião de pagamento. Caso não seja possível o pagamento por meio de desconto, a empresa fica obrigada a recolher a multa por meio de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado ao contraditório e ampla defesa.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado que posteriormente, será submetido à homologação pela autoridade competente da Administração;
- 14.1.1. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;
- 14.2. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- 14.3. Decairá o direito de impugnar os termos deste edital o interessado que, tendo-o aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que por acaso o viciem;
- 14.4. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições;
- 14.5. A Execução dos serviços será de forma INDIRETA – Empreitada por preço Global;
- 14.6. O Pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;
- 14.7. Não serão considerados motivos para desclassificação as simples omissões (não essenciais) ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, que não firam os direitos dos demais licitantes;
- 14.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/ fornecimento;
- 14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.10. Os autos do respectivo processo administrativo que originou esta licitação estão com vista franqueada a qualquer interessado na licitação;
- 14.11. A cópia do presente edital e solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições e interpretação do Edital e seus Anexos serão atendidos pelo Pregoeiro, ou pelos Membros da equipe de apoio, de segunda-feira à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min, endereço sito a Rua Presidente Vargas, 200 - Centro CEP: 63.250-000.
- 14.12. É competente o Foro da Comarca de Milagres/CE, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES, em MILAGRES, 17 de Junho de 2019.


FRANCISCO JAILES VASQUES MEDEIROS
PREGOEIRO OFICIAL



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**

**ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA**

OBJETO

PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.

2. OBJETIVOS

GERAL:

Promover através do evento da Festa de Agosto atividades e atrações a nível nacional, regional e local que agradem aos diferentes tipos de públicos, oportunizando pessoas e talentos da terra a divulgarem suas mais variadas habilidades, como também a geração de emprego e renda no município.

ESPECÍFICOS:

- ✓ Movimentar o comércio local.
- ✓ Gerar emprego e renda a muitos artistas locais.
- ✓ Conscientizar o público da Festa de Agosto da importância da valorização da cultura local.
- ✓ Oportunizar músicos, artesãos e artistas em geral de Milagres a divulgar suas habilidades artísticas.
- ✓ Descobrir e incentivar os artistas da terra para que possam ser valorizados em toda região.

3. JUSTIFICATIVA

A Festa de Agosto é uma festa que acontece no município de Milagres/CE, no período de 06 a 14 de agosto de cada ano. É uma das festas mais esperadas durante o ano em toda a região do cariri. Pensando a melhoria e qualidade deste evento, desenvolvemos este projeto com o intuito de proporcionar atrações diferenciadas dentre elas, músicos da própria localidade, onde estes irão realizar suas apresentações nos mesmos dias das atrações de grande porte. Também terá como objetivo proporcionar uma maior valorização a diferentes habilidades artísticas, dentre eles, atores, repentistas, músicos, artesãos e artistas em geral que terão suas apresentações desenvolvidas tanto no palco como na tenda que serão disponibilizados em diferentes dias da Festa de Agosto, buscando assim uma melhoria no processo de educação cultural de todo público envolvido.

4. PÚBLICO ALVO BENEFICIÁRIO DO PROJETO DIRETAMENTE

Diversos artistas do município e região, como: músicos e outros.

5. PÚBLICO ALVO BENEFICIÁRIO DO PROJETO INDIRETAMENTE

Crianças, Jovens, Adultos, Idosos, vendedores ambulantes e o comércio em geral.

6. METAS

- ✓ Proporcionar a todo público da Festa de Agosto atrações diferenciadas nos dias do evento.
- ✓ Gerar emprego e renda as pessoas envolvidas e movimentar o comércio local.
- ✓ Despertar o público do evento o gosto pelas artes e cultura local, buscando assim uma maior valorização dos artistas da terra.

7. INDICAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS

O projeto possibilitará relevantes benefícios nas áreas (cultural, social e econômica), uma vez que o objetivo é promover e fortalecer a cultura em todas as suas formas de expressão, integrar e desenvolver uma educação cultural em todo público que se fará presente o evento, sendo estes os resultados esperados



inicialmente. Além de incentivar a produção da cultura local e movimentar a economia da cultura por meio dos shows musicais.

8. DO LOCAL (PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO)

O espaço objeto desta Permissão Onerosa de Uso está situado no Parque de Eventos do Município de Milagres/CE, localizado na Rua Santos Dumont, s/n, Centro, Milagres/CE, tem área total de 16.736 m², e abaixo discriminada:

- ✓ Banheiros Masculinos: Área de 167,50m², contendo 3 sanitários e 1 chuveiro;
- ✓ Banheiros Femininos: Área de 139,88m², contendo 24 sanitários e 2 chuveiros;
- ✓ Dancing: Área de 860,00m²;
- ✓ Restaurante: 01 Barraca Central;

9. DO PRAZO

A presente permissão onerosa de uso é concedida ao **Permissionário** em caráter eminentemente precário, ficando estabelecido, entretanto, sem prejuízo dessa precariedade, reconhecida por ele que a utilização efetiva do espaço não excederá o dia **10 de agosto de 2019**.

10. DA PROGRAMAÇÃO, VALORES DE INGRESSOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. O **Permissionário** deverá atender a especificações da programação conforme descrito abaixo:

Dia 10 de Agosto de 2019 – 01 Atração de Notoriedade Nacional consagrada pela opinião pública atual; 01 Atração de Notoriedade Regional de Médio Porte; e 01 Atração Local de Pequeno Porte.

Os ingressos deverão custar no máximo:

- Ingressos Antecipados R\$ 25,00
- Ingressos na Hora do Evento R\$ 30,00

11. DO VALOR MÍNIMO DA CONTRAPARTIDA

O valor mínimo como contrapartida pela **PERMISSÃO ONEROSA DE USO** e a ocupação do espaço será de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

12. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE

- 12.1. Emitir o contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data de Homologação;
- 12.2. Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 2 (dois) dias contados da data de sua emissão;
- 12.3. Ceder o uso de espaço para a realização do evento no período estipulado no Termo de Referência.
- 12.4. Fornecer a estrutura mínima do evento conforme descrito no Termo de Referência.

13. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PERMISSONÁRIO

- 13.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do Contrato, decorrente;
- 13.2. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas;
- 13.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente PERMISSONÁRIO, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 13.4. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;



- 13.5. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente   Administra o ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, na execu o do objeto contratual;
- 13.6. Manter durante toda execu o do contrato, compatibilidade com as obriga es assumidas, todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas na licita o;
- 13.7. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por qualquer preju o que estes possam causar   Administra o ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
- 13.8. Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execu o dos serviços, que possam comprometer a sua qualidade;
- 13.9. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obriga es sociais e de prote o aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execu o dos serviços decorrentes desta licita o;
- 13.10. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documenta o referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;
- 13.11. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, prevista na Consolida o das Leis do Trabalho e legisla o pertinente.

14. TIPO DE LICITA O E CRITÉRIO

MAIOR LANCE OU OFERTA.

15. MODALIDADE

Deverá ser adotada a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**.

16. DO REAJUSTE DE PREÇO

Os preços previstos por este não sofrerão reajustes em hipóteses alguma.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato iniciar  na data de sua assinatura, e se encerrará dia **31 de dezembro de 2019**, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nas formas e condi es estipuladas na Lei no 8.666/93.

18. DA DOTA O ORÇAMENTÁRIA E ORIGEM DOS RECURSOS

Não haverá dispêndio de recursos públicos.

19. DAS DISPOSI OES GERAIS E OBRIGA OES COMPLEMENTARES

19.1. São obriga es do **Permissionário** entre outras já elencadas a organiza o do evento o qual envolve, dentre outros aspectos, os seguintes:

- a) Mobilizar profissionais experientes em realiza o de eventos, de forma a definir os preparativos para o evento, com ampla estrutura logística de apoio;
- b) Organizar e operacionalizar as demandas necessárias por intermédio da aloca o de serviços e fornecimento de equipamentos, recursos humanos, montagens e desmontagens da estrutura do evento;
- c) Desenvolver e supervisionar todos os serviços descritos, articulando-se com o Permitente, a partir da contrata o até o final do evento;
- d) Responsabilizar-se pela organiza o e manuten o de todas as instala es do local do evento;
- e) Obter todas as licenças e autoriza es para a realiza o do evento, como por exemplo: Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Secretaria de Infraestrutura e Obras, ECAD;
- f) Divulgar o evento em cartazes, banners, m dia eletrônica e impressa, r dio e televisão;
- g) Explorar o depósito e bar de bebidas da festa no dia 10/08/2019.

19.2. A Permitente cabe:



- a) Supervisionar a realização do evento;
- b) Proporcionar as facilidades para que a empresa contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio dos servidores designados como representantes da Administração, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93;
- d) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo Permissionário;

20. ESTRUTURA MININA DO EVENTO NO PARQUE DE EVENTOS DE MILAGRES

20.1. Além do espaço físico a Permitente disponibilizará equipamentos de infraestrutura tais como palco, iluminação, som, gerador de energia, e banheiros químicos. Fica a critério do Permissionário utilizar tais equipamentos. Os equipamentos têm como prioridade diminuir os custos do Permissionário na realização do evento, sendo que em contrapartida, o mesmo deverá vender os ingressos conforme valores descritos no presente Termo de Referência. Os valores a serem praticados são valores que a maioria da população tem condições de arcar, não sacrificando sua saúde financeira, e possibilitando a esse público participar de festejos com atrações de notoriedades Nacional e Regional, onde dificilmente teriam condições, uma vez que os preços praticados sem esse incentivo são bem mais elevados.

- a) **PALCO** medindo 12 metros de frente por 8 metros de profundidade, montado em estrutura tubular, cobertura em arco ou chalé, coberto em lona tipo antichamas, escada de acesso com corrimão, fundo fechado em lona ou madeira, camarim 4 x 4 m (carpetado e climatizado), extintores de incêndio de acordo com exigência do corpo de bombeiros, abrangendo o serviço de montagem e desmontagem, pessoal necessário, transporte, hospedagem e alimentação;
- b) **01 GRID** de metal medindo 10 X 6 em estrutura metálica Q30, duas passadas;
- c) **ILUMINAÇÃO** contendo 8 beam 5r; 6 washled 10w; 2 strobe 3000w; máquina de fumaça 3000w; mesa avolitespearl; mesa pilot 2000 de reserva; sistema de sinal s/fio; 1 luz de serviço; extintores de incêndio de acordo com exigência do corpo de bombeiros, abrangendo o serviço de montagem e desmontagem, pessoal necessário, transporte, hospedagem e alimentação;
- d) **02 Geradores de Energia**, silencioso, potência mínima de 180 Kva, instalado sobre sistema móvel, abastecido, acompanhado de profissional técnico, contendo extintores de incêndio de acordo com as exigências do corpo de bombeiros, incluindo toda despesa de transporte, hospedagem e alimentação da equipe, para funcionar durante 8 horas por dia.
- e) **SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDIO PORTE** PA 24 lyne, 32 graves, com no mínimo 02 mesas digitais de 48 canais, aparelho de cd/dvd, equalizadores, efeitos, amplificadores, mixer p/ microfone, 04 microfones sem fio, 20 microfones com fio, pedestais para microfone, corpo completo de bateria profissional, monitores, side, todo equipamento de palco, acessórios, potência e capacidade para atender área de 20.000 metros quadrados, atender rider técnico de atrações musicais de nível médio regional, extintores de incêndio de acordo com as exigências do corpo de bombeiros, incluindo todo pessoal técnico, auxiliares, apoio, transporte, hospedagem e alimentação de toda a equipe, incluindo com montagem e desmontagem;

Milagres/Ceará, 13 de Junho de 2019.

LÚCIA MACEDO LANDIM
Secretária Municipal de Cultura

CIENTE E DE ACORDO,

ADOLFO CICERO MEDEIROS COSTA
Secretário de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas do Fundo Geral



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE MILAGRES
Uma nova cidade para todos



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**

**ANEXO 02
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA
PROPOSTA**

OBJETO

PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.



CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES/CEARÁ

Prezados Senhores,

A Pessoa Jurídica a seguir discriminada:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

BANCO, AGÊNCIA E Nº DA CONTA:

Representada por:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE:

CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

Apresenta a seguir sua proposta de preço referente à licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001**, que trata do objeto **PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES**, conforme especificações abaixo detalhadas.

Valor da Proposta	Valor por extenso da Proposta

- ❖ A proposta terá validade por 60 (sessenta) dias a partir da data de abertura das propostas;
- ❖ O preço proposto contempla todas as despesas necessárias para execução do contrato conforme edital de Licitação.

Declara ainda conhecer todos os termos do instrumento convocatório que rege supracitada licitação.

Local e Data:

Assinatura e Carimbo representante legal



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE MILAGRES
Uma nova cidade para todos



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**

**ANEXO 03
MINUTA DO CONTRATO**

OBJETO

PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.



MINUTA CONTRATUAL

Contrato Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MILAGRES POR
INTERMÉDIO DA E A EMPRESA
.....

O **MUNICÍPIO DE MILAGRES**,, pessoa jurídica de direito público interno com sede na rua Presidente Vargas, nº 200, Centro, Milagres/Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.655.277/0001-00, por intermédio da Secretária Municipal de, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, Sr., portador (a) do RG nº e inscrito no CPF sob nº, doravante denominado **PERMITENTE**, e do outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede a, neste ato representada pelo Sr., portador (a) RG nº e inscrito no CPF sob nº ao fim assinado, doravante denominado de **PERMISSIONÁRIO**, resolvem firmar o presente CONTRATO (TERMO DE PERMISSÃO DE USO) de acordo com o **Processo Licitatório nº 2019.06.14.001**, e Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**, em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e na proposta de preços da Contratada, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente Contrato tem como fundamento a **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019, Processo Licitatório nº 2019.06.14.001**, Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e na proposta de preços do Permissionário, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado;

1.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O Presente Contrato tem por Objeto a **PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES**, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência, de acordo com as especificações e obrigações constantes no Instrumento Convocatório, com as condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentado pelo **PERMISSINÁRIO(A)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente contrato importa a quantia global de R\$ (.....).

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES

4.1 O valor do contrato não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O contrato terá vigência até **31 de Dezembro de 2019**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo nos termos da Lei Nº: 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECOLHIMENTO DA OFERTA



6.1. O Valor Adjudicado da oferta será recolhido aos cofres Públicos do Município, em única parcela, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de assinatura do Contrato, a ser realizado mediante Documento de Arrecadação Municipal-DAM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PERMISSINÁRIO

- 7.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do Contrato, decorrente;
- 7.2. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas;
- 7.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente PERMISSINÁRIO, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 7.4. Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
- 7.5. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto contratual;
- 7.6. Manter durante toda execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
- 7.8. Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, que possam comprometer a sua qualidade;
- 7.9. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
- 7.10. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;
- 7.11. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE

- 8.1. Emitir o contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data de Homologação;
- 8.2. Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 2 (dois) dias contados da data de sua emissão;
- 8.3. Ceder o uso de espaço para a realização do evento no período estipulado no Termo de Referência.
- 8.4. Fornecer a estrutura mínima do evento conforme descrito no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE RESERVA

9.1. O Município de Milagres reserva-se o direito de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 de Lei de Licitações.

CLÁUSULA DECIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



10.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto licitado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, comportar-se de modo inidôneo, não mantiverem a proposta, fizerem declaração falsa, cometerem fraude fiscal, se recusarem a assinar o contrato, falharem ou fraudarem na execução do contrato poderão ser aplicados, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação aos danos causados a Administração pelo infrator:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor previsto da contratação;
- c) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimentos em contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será conhecida sempre que o **CONTRATADO** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior

11.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b";

11.3. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do licitante/contratado, na forma da Lei;

11.4. O valor da Multa Aplicada será deduzido pela Administração por ocasião de pagamento. Caso não seja possível o pagamento por meio de desconto, a empresa fica obrigada a recolher a multa por meio de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O instrumento contratual firmado poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Não haverá dispêndio de recursos públicos para a execução dos serviços constantes do presente Contrato.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA SESSÃO

14.1. O **PERMITENTE** disponibilizará o Parque de Eventos durante o dia **10 de Agosto de 2019**.

14.2. O **PERMISSIONÁRIO** deverá retirar todos e quaisquer bens de sua propriedade ou responsabilidade impreterivelmente até 01 (um) dia após o último dia da concessão.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES

15.1. É vedado a **CONTRATADA** subcontratação dos serviços, parcial ou total, sem a prévia e expressa anuência e autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. O **CONTRATADO** se obriga a prestar os serviços sob o regime de execução indireta – empreitada por preço global.



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE MILAGRES
Uma nova cidade para todos



CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Milagres, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem acertados as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Milagres/Ceará, de de 2019.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01.

NOME:

C.P.F. nº:

02.

NOME

C.P.F. nº:



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE MILAGRES
Uma nova cidade para todos



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

ANEXO 04
MODELO DE DECLARAÇÕES

OBJETO

PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.



DECLARAÇÃO Nº 01

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação na licitação na modalidade , **PROCESSO LICITATÓRIO nº 2019.06.14.001**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**, bem como atendendo ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, em cumprimento ainda ao que determina o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei nº 9.854, de 27/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Acrescentar se for o caso: Declara que emprega menor de dezesseis e maior de quatorze anos exclusivamente na condição de aprendiz.

LOCAL E DATA

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)



DECLARAÇÃO Nº 02

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO COMERCIAL DE ESPAÇO PÚBLICO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, COM FINS DE EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE EVENTOS NO PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE MILAGRES.

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº10.520/2002 e para os fins do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2019.06.14.001**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019**, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

LOCAL E DATA

Assinatura do representante da empresa
(nome e número da identidade)